CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0806/68

INTERESSADA :- FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO e ECONOMIA DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ASSUNTO :- Alteração Regimental

RELATOR :- Consº Ferdinando de Oliveira Figueiredo

PARECER CEE Nº 1223/87 CONSELHO PLENO APROVADO EM 12/08/87

1. HISTÓRICO:

A direção da Faculdade de Administração e Economia de São João da Boa Vista encaminha, para apreciação e aprovação deste Conselho, seu novo Regimento, em sua versão definitiva, aprovada pela Congregação, elaborado em atenção à Conclusão do Parecer CEE nº 859/86, que exige sua atualização.

Após diligência, as dúvidas levantadas foram dissipadas e atendidas as solicitações.

A nova peça regimental compõe-se de nove títulos que, por suavidade dividem-se em capítulos e seções.

Sob a forma de anexos, acompanham-no: Das Vagas (I); Estruturas Curriculares dos cursos mantidos pela Faculdade: Ciências Económicas (II), Ciências Contábeis (III), Administração - Modalidade Administração de Empresas (IV), Modalidade Administração pública (V); Estrutura Departamental (VI), Regulamentação do Concurso Vestibular (VII) e Regulamento do Estágio Supervisionado (VIII).

As estruturas curriculares dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Económicas permanecem as aprovadas, respectivamente, pelos Pareceres CEE nºs 2187/84 e 859/86, porém a do Curso de Administração (IV) sofre pequena alteração para melhor distribuição das cargas horárias das disciplinas Contabilidade e Matemática I, ficando a primeira com 120 h/a e a segunda com 150 h/a.

Sofre alteração, ainda, o Anexo VII - Da Regulamentação do Concurso Vestibular.

Destacam-se alguns artigos, para demonstrar, a grosso modo, o que contém o documento:

Art. 5º, § 4º - O regime adotado é o seriado; § 5º - período letivo é anual.

Art. 15 e 16 - O Diretor e o Vice-Diretor são escolhidos de Listas sêxtuplas, resultantes de eleições realizadas pela Congregação.

Do Art.18 ao 34- Nesses artigos são definidos os órgãos da administração: Congregação, Conselho Departamental e Departamentos. Composição de cada um deles e suas atribuições.

- Art. 53 - O ano letivo compreende, no mínimo, 180 dias de trabalho efetivo, excluídos os dias reservados aos exames.
- Art. 65 - Parágrafo Único - está prevista a jubilação.
- Art. 69 e Seguintes - Tratao da transferência de alunos de outras instituições para a Faculdade, e vice-versa, com todas as indicações dessa modalidade de matrícula, inclusive de aluno que provier de país estrangeiro.
- Art. 61 - É obrigatória a frequência nas disciplinas-dependência.
- Art. 70 - Transferencia de militar e funcionários públicos.
- Art. 85 e 86 - A frequência mínima, - para efeito de aprovação, por disciplina ou para o aluno submeter-se a exame de 1ª e 2ª época, é de setenta e cinco por cento (75%) do total das aulas efetivamente dadas.
- Art. 105 - A carreira docente está de acordo com a Deliberação CEE N°5/80.
- Art. 113 - O órgão de representação estudantil, indicará seu, representantes junto aos órgãos colegiados: Congregação, Conselho Departamental e Departamento, na proporção de até 1/5 do total de membros
- Anexo I - As aulas são ministradas no período noturno.

2. APRECIÇÃO:

O Regimento em vigor foi aprovado pelo Parecer CEE n° 398/77, alterado pelos Pareceres CEE n°s 1857/78, 946/81, 3187/84 e 859/86.

Como se trata de uma revisão geral do Regimento, não foi possível adotar as normas da Deliberação CEE n° 34/75 para sua elaboração, consignando-se todavia, que a nova redação foi cotejada com a anterior.

O novo texto regimental contém toda a matéria própria de um regimento de escola de nível superior e atende às normas deste Conselho e à legislação vigente, como segue:

- Portaria Ministerial n° 1.104/79 - Art. 5° e §§ - Caberá ao órgão de representação estudantil a indicação de seus representantes junto aos órgãos colegiados acadêmicos;
- Deliberação CEE n° 16/82 - referente ao número de vagas, distribuídas pelos respectivos períodos, para os diferentes cursos;
- Lei n° 7.037/82 - que trata da transferência de servidores públicos, estaduais ou federais, ou membros das Forças Armadas, independentemente da existência de vaga;

- Parecer CEE n° 185/83 - obrigatoriedade de frequência nas disciplinas-dependencia;
- Lei n° 7.395/85, que dispõe sobre órgãos de representação dos estudantes de nível superior;
- Portaria Ministerial n° 95, de 05/02/86, que trata do regime disciplinar aplicável ao corpo discente;
- Resolução CEE n° 4, de 16/09/86, e a Deliberação CEE n° 17/86 - que exigem a frequência mínima de 75% às aulas, para aprovação por disciplina;
- Deliberação CEE n° 30/86 - aulas de 50 minutos.

O controle está sendo feito pela Equipe técnica deste Conselho, na análise do horário e do calendário escolar de cada escola.

3. CONCLUSÃO:

Aprova-se o novo texto regimental proposto pela Faculdade de Administração e Economia de São João da Boa Viata, bem como as alterações dos Anexos IV e VII.

São Paulo, 20 de julho de 1987.

**a) Cons^o *Ferdinando de Oliveira Figueiredo*
Relator**

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de agosto de 1987

a) Cons^o *JORGE NAGLE*

Presidente